

Sarney manda priorizar *economia - Brasil* volta ao investimento

29 OUT 1986

Garantir, a qualquer custo, a retomada dos investimentos na economia. Este será o «mandamento número um» da nova política econômica que está sendo traçada pelo governo, segundo determinou o presidente José Sarney, durante reunião que manteve no Palácio do Planalto com os ministros Dilson Funaro, da Fazenda; e João Sayad, do Planejamento.

O presidente pediu aos ministros que estudem mecanismos que possam viabilizar o financiamento de projetos industriais que somente propiciam retornos no longo prazo, induzindo o sistema financeiro privado a se engajar mais ativamente no esforço governamental pelo crescimento da economia, a níveis adequados às necessidades do mercado de trabalho do país.

Para o presidente Sarney, a nova política econômica do governo deve garantir a retomada dos investimentos e, deste modo, o crescimento do produto, e deve ainda cuidar para que haja continuidade da política de redistribuição de renda, deflagrada no atual governo.

O presidente Sarney se mostrou sensibilizado com as preocupações demonstradas pelos empresários paulistas ao ministro Dilson Funaro, em torno do ritmo dos investimentos na economia do pós-Plano Cruzado. Entretanto, Funaro explicou ao presidente Sarney que 50% do empresariado do país tiveram sua lucratividade melhorada pelo Plano de Estabilização da Economia, 30% mantiveram-se em situação de estabilidade, e apenas 15% obtiveram uma queda dos seus lucros.

Mesmo se tratando de uma minoria, o presidente Sarney quer que os ministros Funaro e Sayad encontrem uma solução de curtíssimo prazo para estes últimos empresários, mas pela adoção de

mecanismos de ajuste que não impliquem em nenhum impacto adicional sobre a inflação.

Subsídios

Os ministérios também ficaram de rever as políticas de incentivos fiscais e a de subsídios. Para este último tema, a orientação que obtiveram do Presidente é a mesma definida para os reajustes dos setores empresariais que perderam lucratividade — isto é, não deve causar impacto definitivo sobre a inflação.

O governo está pensando, por exemplo, em reduzir a carga de alguns subsídios, como o que é concedido ao trigo e ao álcool (o primeiro, com Cz\$ 22 bilhões, o segundo, com Cz\$ 7 bilhões para este ano).

Um caminho cogitado, entretanto, indica que se deva buscar reduções de preços finais de produtos de outros setores não subsidiados, de modo a que eles banquem, no final das contas, os cortes dos subsídios.

Em termos de inflação, levando-se em conta os pesos específicos de cada setor no IPC (Índice de Preços ao Consumidor), o corte de subsídios seria neutro, pois a alta de preços provocada, no caso, pelo corte de subsídio para o trigo e o álcool, seria compensada pela redução de preços em outros setores da economia e/ou redução de impostos.

A retomada dos investimentos, como pretende garantir o presidente Sarney, segundo se informou o Palácio do Planalto, passa por uma revisão da política de juros internos, de modo a contê-los a níveis não proibitivos aos novos projetos, notadamente em áreas que propiciam retornos somente no longo prazo, por uma garantia de lucratividade para as empresas, incluindo-se aí uma correção de preços para alguns setores.